

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Lava Jato apura dois episódios que ligam Richa à Odebrecht

Os motivos que levaram o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a solicitar abertura de inquérito contra o governador Beto Richa (PSDB) na Lava Jato ainda estão sob sigilo, mas pelo menos dois episódios suspeitos relacionam o nome do tucano à Odebrecht. Richa aparece em uma planilha da empreiteira apreendida há um ano pela Operação Acarajé.

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Dois episódios suspeitos na Lava Jato relacionam Beto Richa com empreiteira

Tucano está na nova lista que o procurador-geral Rodrigo Janot apresentou ao STF para pedir abertura de inquéritos

Kelli Kadanus

Os motivos que levaram o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a solicitar abertura de inquérito contra o governador Beto Richa (PSDB) no âmbito da Lava Jato ainda são desconhecidos, mas em pelo menos dois episódios o nome do tucano apareceu em situação suspeita relacionada à Odebrecht. O nome de Richa está na nova lista de políticos encaminhada por Janot ao Supremo Tribunal Federal na terça-feira (15). Como casos envolvendo governadores são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o pedido de Janot em relação a Richa será analisado pelo tribunal, junto com o de outros governadores.

A Odebrecht não aparece nas prestações de contas oficiais das campanhas de Richa de 2010 ou 2014. Porém, Richa está entre os políticos citados em planilha apreendida no ano passado pela Polícia Federal na Operação Acarajé, 23.ª fase da Lava Jato, no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht. Segundo a PF, esse seria o departamento responsável pelo pagamento de propina a agentes públicos e políticos.

Cervejaria laranja

A referência ao governador do Paraná na planilha aparece em um pagamento para as eleições de 2010. No campo “nome do candidato” consta PSDB — Diretório Estadual do PR. Como beneficiário está o nome de Beto Richa. Há dois campos financeiros — “valor” (R\$ 200 mil) e “pagamento” (R\$ 160 mil) — e a indicação de uma data de pagamento, 24 de setembro de 2010.

Não há registro de doações da Odebrecht a Richa ou ao Diretório do PSDB em 2010. Porém, ocorreram duas doações para o Diretório Estadual do PSDB de cervejarias do Grupo Petrópolis — que seria laranja da empreiteira para repasses eleitorais, segundo depoimento de Marcelo Odebrecht ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — exatamente na data indicada e nos mesmos valores que constam na planilha da Odebrecht.

Currículo compartilhado

O nome de Richa também já havia aparecido em outro contexto na Lava Jato. O tucano teve o nome mencionado em três e-mails trocados durante a campanha de 2010 entre a secretária-executiva do empreiteiro Marcelo Odebrecht, Darci Luz, e as secretárias de presidentes de três grandes empresas: Gerdau, Bunge e Suzano. No intervalo de 16 dias, a campanha de Richa recebeu R\$ 580 mil das empresas que receberam e-mails.

Enviados no dia 9 de agosto de 2010, ano em que Richa concorreu pela primeira vez ao governo do estado, os e-mails referentes ao atual governador continham o currículo dele, com informações que vão desde a formação acadêmica até ações da prefeitura de Curitiba no período em que comandou a capital. A secretária Darci afirma que as mensagens estavam sendo enviadas a pedido do próprio Marcelo Odebrecht.

Odebrecht no Paraná

As empresas que receberam e-mails e a própria Odebrecht têm negócios no Paraná. A Odebrecht tem um investimento na construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, entre as cidades de Capitão Leônidas Marques e Capanema, no Oeste do estado.

A empreiteira também encabeça o Consórcio Rota 323, responsável pela duplicação do trecho da rodovia PR-323 entre Paiçandu e Francisco Alves, no Noroeste do estado. A obra está envolvida em um imbróglio administrativo.

A Odebrecht não conseguiu financiamento para tocar o projeto e foi solicitado pelo consórcio para que a empreiteira saísse da sociedade. Porém, com base em um parecer da Procuradoria-Geral do Estado, o conselho negou a mudança e até hoje não houve uma solução. A Odebrecht é responsável por 70% do consórcio.

CONTINUA

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Eu estou absolutamente tranquilo, confio plenamente na Justiça e sou o maior interessado que isso seja profundamente, detalhadamente, o mais rápido possível investigado.”

Beto Richa (PSDB), governador do Paraná.

Governador nega ter recebido doações da Odebrecht e se diz “tranquilo”

● O governador Beto Richa negou ontem que tenha recebido doações da construtora Odebrecht e afirmou que está “tranquilo” em relação à inclusão do seu nome na segunda lista do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot.

“Estou contratando um advogado para que eu possa ter acesso a esse processo e conhecimento dos fatos aos quais fui citado. Da minha parte, eu desconheço o contexto que leva a inclusão do meu nome nessa lista da Procuradoria Geral da República. Eu estou absolutamente tranquilo, confio plenamente na Justiça e sou o maior interessado que isso seja profundamente, detalhadamente, o mais rápido possível investigado. Acredito que assim como vários outros citados tiveram seus processos arquivados, que o meu terá o mesmo destino”, afirmou Beto Richa.

Questionado se recebeu doações da construtora baiana, Richa disse que não. “Não temos nenhuma doação [da Odebrecht]. Temos um comitê financeiro legalmente

construído. Pessoas autorizadas por mim que fazem parte desse comitê que são as únicas que podem fazer captação de recursos eleitorais, tudo dentro da lei, declarado na nossa prestação de contas e devidamente aprovado pela Justiça Eleitoral.”

O governador do Paraná disse ainda não ter “nenhuma preocupação” sobre a articulação política para que o chamado Caixa 2 seja anistiado. “Não tenho nenhuma preocupação. Sempre fui muito cuidadoso. As pessoas do meu comitê financeiro são escolhidas por mim, pessoas da minha confiança, qualificadas e conhecedoras da Lei e daquilo que pode ser realizado na nossa campanha.”

TROCA DE SECRETÁRIO

Beto Richa decidiu trocar o comando da Comunicação do governo pela quarta vez no atual mandato. No cargo há menos de um ano, Márcio Villela foi demitido do posto de secretário por supostamente ser um “estranho no ninho” e “não ter sintonia” com o time que acompanha o tucano há anos. O lugar será ocupado pelo chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, que acumulará as duas funções.

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Inquéritos da lista de Janot têm 107 alvos

Quase 80% das petições enviadas ao Supremo têm um único investigado. Pedidos de apuração devem chegar ao gabinete de Fachin na segunda-feira

● Ainda sigilosos, os 83 novos inquéritos pedidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) com base nas 77 declarações da Odebrecht não terão mais do que 107 investigados. Como uma pessoa pode ser alvo de mais de um inquérito, ainda não é possível cravar o número exato de investigados, mas o acompanhamento dos processos no sistema do STF mostra que a soma não passará de 107.

Os processos ainda não estão nas mãos do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, mas já passaram por duas etapas prévias: o protocolo e a autuação. Ontem, eles começaram a ser distribuídos, eletronicamente, ao ministro Fachin — terceira etapa que ainda não foi concluída. Só após todos os processos terem sido distribuídos é que serão disponibilizados ao relator, o que deve ocorrer na próxima segunda-feira, segundo informou o STF.

Do total de pedidos, 83 são de abertura de inquéritos, 211 são de declínios de competência para outras instâncias da Justiça, nos casos que envolvem pessoas sem prerrogativa de foro, sete são arquivamentos

e 19 são outras providências.

Devido ao sigilo, no momento, nem mesmo as iniciais dos investigados estão presentes no sistema do Supremo. A maioria dos inquéritos (64) tem um único investigado. Há ainda 16 inquéritos com dois investigados e dois inquéritos com três investigados. O inquérito que tem mais investigados é de número 4.437, com cinco alvos. Estes números se referem apenas ao Supremo e não incluem os inquéritos que serão abertos em outras instâncias. A PGR não confirma o número exato de investigados.

Os 83 inquéritos são parte dos 320 pedidos que o procurador-geral da República fez ao STF na última terça-feira. Rodrigo Janot também pediu a retirada de sigilo de parte das revelações feitas pelos ex-funcionários da empreiteira baiana. Caberá a Fachin decidir quanto à retirada do sigilo, mas não há prazo para isso.

Não necessariamente todos os 83 inquéritos ficarão com Fachin. Alguns podem ser redistribuídos para outros ministros se for considerado que não há conexão com as investigações da Lava Jato.

CONTINUA

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O INFERNO DA DELAÇÃO

As delações da Odebrecht continuam sob sigilo, mas os nomes de pelo menos 38 políticos constam na nova "lista de Janot", entregue ao Supremo Tribunal Federal na última terça-feira. Veja quem são eles:

Primeira Instância



Dilma Rousseff
Ex-presidente



Lula
Ex-presidente



Antonio Palocci
Ex-ministro da Fazenda



Geddel Vieira Lima
Ex-ministro PMDB



Guido Mantega
Ex-ministro da Fazenda



Sergio Cabral
Ex-governador do Rio de Janeiro PMDB



Eduardo Cunha
Ex-deputado federal PMDB-RJ



Anderson Dornelles
Ex-assessor da ex-presidente Dilma Rousseff



Paulo Skaf
Presidente da Fiesp

STJ

GOVERNADORES



Beto Richa
Paraná PSDB



Fernando Pimentel
Minas Gerais PT



Luiz Fernando Pezão
Rio de Janeiro PMDB



Renan Filho
Alagoas PMDB



Tião Viana
Acre PT

TJ São Paulo



Duarte Nogueira
Prefeito de Ribeirão Preto PSDB



Edinho Silva
Prefeito de Araraquara PT

CONTINUA

STF

MINISTROS



Aloysio Nunes
Relações Exteriores



Bruno Araujo
Cidades



Eliseu Padilha
Ministro Chefe da
Casa-Civil



Gilberto Kassab
Ciência, Tecnologia,
Inovações e
Comunicações



Marcos Pereira
Indústria, Comércio
Exterior e Serviços



Moreira Franco
Secretaria-Geral da
Presidência

SENADORES



Aécio Neves
PSDB-MG



Edison Lobão
PMDB-MA
Presidente da CCJ do
Senado



Eunício Oliveira
PMDB-CE
Presidente do Senado



José Serra
Senador do PSDB/SP
Ex-ministro das Relações
Exteriores



Jorge Viana
PT-AC



Lídice da Mata
PSB-BA



Lindbergh Farias
PT-RJ



Marta Suplicy
PMDB-SP



Renan Calheiros
PMDB-AL
Ex-presidente do Senado



Romero Jucá
PMDB-RR
Líder do governo no
Congresso

DEPUTADOS FEDERAIS



André Sanchez
Deputado federal
PT-SP



José Carlos Aleluia
DEM-BA



Lúcio Vieira Lima
PMDB-BA



Marco Maia
PT-RS



Paes Landim
PTB-PI



Rodrigo Maia
DEM-RJ
Presidente da Câmara de
Deputados

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Lava Jato completa três anos hoje

Kelli Kadanus

A Lava Jato chega hoje ao terceiro aniversário com status de maior operação contra a corrupção já deflagrada no país. Nesta semana, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entregou ao Supremo Tribunal Federal 83 pedidos de abertura de inquéritos contra políticos envolvidos no escândalo. A **Gazeta do Povo** listou três motivos para comemorar e três para lamentar neste aniversário da operação.

MOTIVOS PARA COMEMORAR...

1) A Lava Jato desmantelou o maior esquema de corrupção da história do Brasil

A operação que começou como uma simples investigação contra doleiros acabou desvendando um emaranhado de corrupção na Petrobras. Com o andamento das investigações, a Lava Jato mostrou um lado perverso da política brasileira, em que contratos com o poder público eram negociados em troca de apoio para campanhas eleitorais — e até enriquecimento ilícito de políticos. A delegada da Polícia Federal Renata Rodrigues destaca a importância da operação para escancarar, colocar na mesa, a corrupção praticada no país. “O agente público está envolvido, o empresário também está. Não tem mocinhos nessa história”, destaca a integrante da força-tarefa de Curitiba.

Além de escancarar o esquema dentro da Petrobras, a Lava Jato também ofereceu um ponto de partida para outras grandes operações contra a corrupção em outras esferas. Até agora, 12 operações “filhotes” da Lava Jato foram deflagradas, e o número tende a crescer ainda mais, com o compartilhamento de dados obtidos pela força-tarefa em Curitiba. Além da Petrobras, a Polícia Federal já deflagrou operações com foco em irregularidades na Eletronuclear, no Ministério do Planejamento, na construção do metrô do Rio de Janeiro e em obras relacionadas a ferrovias, entre outras.

CONTINUA

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

2) Prendeu gente que você nunca imaginaria e provou que a lei pode sim ser para todos

A Lava Jato também tem o mérito de ter colocado atrás das grades agentes públicos, políticos e empresários do país que estavam envolvidos na corrupção. Já em 2014 a Lava Jato começou a dar mostras de que a lei é para todos, ao levar a prisão mais de 20 executivos das maiores empreiteiras do país. Atualmente, há políticos do alto escalão presos em Curitiba, como os ex-ministros Antônio Palocci e José Dirceu, os ex-deputados Eduardo Cunha (PMDB), André Vargas (PT), Pedro Correa (PP) e Luís Argôlo (SD). Há três anos, ninguém imaginaria ver tanta gente poderosa e com alto poder aquisitivo atrás das grades respondendo por crimes de corrupção.

3) Fez os brasileiros irem às ruas e ocuparem mais espaço político

A Lava Jato foi o pano de fundo para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e levou milhões de pessoas às ruas para protestar contra a corrupção. A política nunca foi tão discutida pelos brasileiros como é em tempos de Lava Jato. Para a delegada Renata Rodrigues, isso é reflexo da transparência da operação. "Você tem o próprio Judiciário levantando sigilo sobre ações penais, sobre investigações. As pessoas estão tendo pleno acesso a todo esse emaranhado criminoso e isso justifica boa parte da indignação das pessoas, ver os detalhes. Não sei se alguma operação foi tão crua nesse sentido", opina.

CONTINUA

MOTIVOS PARA LAMENTAR...

1) A reação dos políticos para manter tudo como está

A medida que a Lava Jato vai mostrando ao país o funcionamento da política brasileira e vai gerando indignação da sociedade, a classe política começa a se articular para tentar escapar do turbilhão. O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha fez o que pôde para atrasar sua cassação e evitar cair nas mãos do juiz Sergio Moro, em Curitiba. Os demais parlamentares também prepararam um contra-ataque às investigações e, em um dos passos mais importantes para tentar garantir a impunidade, aprovaram uma versão completamente desfigurada do pacote de Dez Medidas Contra a Corrupção proposto pelo Ministério Público Federal (MPF). Uma das alterações foi a inclusão no projeto de crimes de responsabilidade contra investigadores e juízes. Em paralelo, o Senado tentou discutir um projeto de lei de Abuso de Autoridade, por enquanto adormecido nas gavetas do presidente da Casa. O Congresso também articula uma anistia aos crimes de caixa dois, comuns em investigações da Lava Jato.

"A gente só teme um retrocesso. A gente viu, por exemplo, na Operação Mãos Limpas, e aqui a gente vê algumas tentativas. Então a gente espera que seja um momento de algumas mudanças ocorrerem", diz Renata Rodrigues.

2) A lentidão do STF no julgamento de políticos do alto escalão

Enquanto em Curitiba o juiz federal Sergio Moro já concluiu 25 processos da Lava Jato em primeira instância desde 2014, no Supremo Tribunal Federal (STF), onde são julgados os políticos com prerrogativa de foro, não há nenhuma condenação na Lava Jato. Os primeiros inquiridos foram abertos em 2015, depois da divulgação da primeira "lista de Janot". Dos 49 políticos investigados desde março de 2015 no STF, apenas cinco viraram réus na Lava Jato até agora. Nenhum foi condenado por enquanto. Nessa semana, Janot entregou o pedido para abertura de mais 83 inquiridos da Lava Jato, que vão se somar aos que já tramitavam na Corte.

"O que a gente vê é uma Corte que realmente não tem estrutura para tratar do volume que a Lava Jato exige", diz Renata Rodrigues. "É uma questão estrutural da Corte, que não estava preparada para receber tantos processos de tanta gente", completa a delegada da PF. Para ela, é necessária uma revisão do direito ao foro privilegiado no país para diminuir as demandas no STF.

3) Tentativas de reduzir (ainda mais) o alcance das investigações contra a corrupção

A classe política do país também começou recentemente uma mobilização para tentar "separar o joio do trigo" nas investigações da Operação Lava Jato. Alguns parlamentares afirmaram recentemente que é preciso tratar com peso diferente casos de corrupção para enriquecimento ilícito de casos de corrupção "apenas" para campanhas eleitorais. Na prática, é uma tentativa de minimizar a responsabilidade de políticos que receberam doações via caixa dois, ou propina como doação oficial em campanhas eleito-

rais. Segundo o patriarca da Odebrecht, Emílio Odebrecht, o financiamento de campanhas em troca de contratos públicos ocorre desde a época do pai dele no país e sempre foi comum.

"Essas tentativas de anistia a qualquer custo e doa a quem doer são complicadas porque colocam em xeque todo o trabalho", diz a delegada Renata Rodrigues.

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

BENETTI



17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Fachin manda arquivar investigação contra Aécio Neves

● O ministro Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), mandou arquivar uma das frentes de investigação surgidas a partir da delação de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, que envolvia o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG). O motivo: como os supostos delitos ocorreram em 1998, houve prescrição. O pedido de arquivamento foi feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Segundo Machado, Aécio teria recebido R\$ 1 milhão em 1998, quando era deputado. O dinheiro teria vindo de um fundo montado por ele, Aécio e o então senador Teotônio Vilela para financiar a bancada do PSDB no Congresso. Janot disse que o crime de corrupção passiva para fatos ocorridos entre 1998 e 2000 só poderia ser punido até 2016. Fachin concordou.

Cachoeira é condenado a seis anos de prisão por contrabando

● A Justiça Federal condenou o contraventor Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a 6 anos e 3 meses de reclusão, em regime semiaberto, pelo crime de contrabando de máquinas de bingo. A condenação imposta pela 11ª Vara Federal em Goiânia se estende a outros 15 denunciados pelo Ministério Público Federal em novembro de 2012, no âmbito de investigação derivada da Operação Monte Carlo. A decisão não é definitiva. Cachoeira e os outros condenados podem recorrer. A Procuradoria da República sustenta que organização criminoso comandada por Cachoeira praticou crime de depósito e exploração comercial de caça-níqueis compostas por equipamentos eletrônicos "sabidamente contrabandeados". De acordo com o Ministério Público Federal em Goiás, desde o começo das investigações foram realizadas doze apreensões de máquinas caça-níqueis.

Mendes determina urgência em ação contra condução coercitiva

● Sorteado como relator da ação em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede a proibição do uso da condução coercitiva em fase de investigação, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que seja adotado rito de urgência no processo, destacando a "relevância da matéria". O ministro requisitou informações à Presidência da República, à Câmara e ao Senado, em um prazo de dez dias. Em seguida, a Advocacia-Geral da União e o Procurador-Geral da República terão mais cinco dias para se manifestar. Após isso, ele poderá levar diretamente para o plenário do Supremo a ação. Gilmar Mendes foi sorteado relator da matéria por prevenção, porque já era o relator de outra arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) com tema semelhante.

COLUNA DO LEITOR

Beto Richa

Guardem bem esta frase de Beto Richa: "Pessoas autorizadas por mim que fazem parte desse comitê são as únicas que podem fazer captação de recursos eleitorais". Daqui a algum tempo, quero dar risada dessa frase. Fazer vista grossa para os próprios deslizes e para os dos pares é normal. A situação vira problemática quando a pessoa começa a viver em um mundo de ilusão. E parece ser o caso do governador do Paraná.

Acir João Cardozo

CAIXA DOIS

Na esteira da proposta de anistia ao caixa dois, alguns ministros do STF, fazendo o papel de secretários da Receita, pretendiam legalizar o roubo de R\$ 250 bilhões, porque parte desse dinheiro passou a fazer parte da Receita. Ora, não se anistia o assassino pela impossibilidade de devolver a vida à vítima.

Roberto Trauczynski

GAZETA DO POVO

José Pio Martins

As liberdades civis e a Lava Jato

17 MAR 2017

Certas coisas só têm seu valor percebido quando não existem ou são perdidas. Em março de 1917; há exatos 100 anos, o czar Nicolau II foi deposto pela Revolução Russa, que chegava ao poder prometendo um governo democrático, não opressivo e defensor da propriedade privada. No fim daquele mesmo ano, a segunda fase da revolução consolidava o poder do Partido Bolchevique, sob a liderança de Vladimir Lenin.

Em 1924, após a morte de Lenin, o novo governo assume tendo Stalin como líder absoluto, e este implanta uma ditadura sanguinária, em que as pessoas são caçadas, torturadas e assassinadas sem acusação formal, sem processo e sem direito de defesa. As expropriações de terras e os confiscos de propriedades privadas, seguidos do assassinato puro e simples dos insurgentes e suas famílias, começam a mostrar àquele povo o quão terrível é viver sem liberdades civis.

O conjunto de liberdades civis compreende o direito à liberdade individual, à privacidade, à propriedade privada, à livre expressão e ao livre exercício religioso. Essas liberdades existem para proteger os indivíduos contra o abuso do poder estatal. No balanço de forças, o Estado é o gigante armado e o indivíduo é a formiga sem armas, razão por que é necessário limitar os poderes do governo e, na prestação da justiça, garantir um processo jurídico regulado por formalidades e restrições processuais que protejam os inocentes do arbítrio das autoridades.

Em uma sociedade livre, alguém somente pode ser acusado, investigado, indiciado, denunciado, julgado, condenado e preso desde que todos os agentes de Estado — polícia, promotores, juízes, desembargadores etc. — estejam submetidos à Constituição, às leis, à obrigação de provar suas acusações, garantindo-se ao acusado o direito de ampla defesa e contraditório e, diante da sentença de um juiz de primeiro grau, o direito de recurso ao tribunal de segunda instância e, conforme o caso, à terceira instância.

De vez em quando ouvimos que a Lava Jato é fascista e que o juiz Sergio Moro só manda prender gente do PT. Quem faz esse tipo de afirmação desconhece o “devido processo legal” e não entende que a polícia e o Ministério Público investigam, apuram fatos, produzem provas, ouvem testemunhas e, se os promotores julgarem ter base para denunciar o acusado, eles oferecem denúncia ao juiz, a quem cabe aceitar ou não a denúncia. Se aceitar, o acusado vira réu e segue-se um longo processo de acusação e defesa, tudo com base nas normas do Código de Processo Penal.

Em um Estado de Direito é assim que funciona, e isso nada tem a ver com ditaduras fascistas, nas quais o direito de defesa não há ou, quando há, é uma farsa. Ditadores mandam matar e pronto. Ou não foi assim na ditadura cubana, tão amada pelas esquerdas brasileiras? Em sociedades livres, o juiz não toma iniciativa de acusar nem processar ninguém. Não é esse seu papel. O juiz só atua se lhe chegarem processos que tenham passado por todas as etapas anteriores; ele tem de seguir as leis do processo e, se cometer excessos, o réu tem mais duas instâncias para recorrer.

Em uma sociedade civilizada, as liberdades civis e o devido processo legal são pilares da prosperidade material e do bem-estar individual. A defesa que os liberais fazem do capitalismo baseia-se no fato de que é o melhor sistema para produzir riqueza, mas também por ser o único sistema baseado na propriedade privada, sem a qual não há liberdades civis. O socialismo marxista é o inverso de tudo isso.

José Pio Martins, economista, é reitor da Universidade Positivo.

17 MAR 2017

GAZETA DO POVO

STF garante acesso a julgamentos secretos na ditadura

● O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, garantiu ontem a um advogado o direito de acessar os registros escritos e gravados em áudio dos julgamentos de presos políticos no Superior Tribunal Militar (STM) durante a ditadura militar — quando civis eram julgados no tribunal militar em sessões secretas.

O STF entendeu que uma decisão da própria Corte, que havia autorizado o acesso à íntegra dos conteúdos ao mesmo cidadão, foi descumprida pelo STM. O advogado alegou que a Corte Militar só disponibilizara parte dos registros. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também entrou na ação como parte interessada.

Os julgamentos no STM, na década de 1970, eram divididos em sessões públicas, nas quais ocorriam os relatórios e as sustentações orais, e sessões secretas, em que se colhiam os votos. Assim, as fitas magnéticas são divididas em duas partes, públicas e secretas, embora constituam sequência dos mesmos procedimentos.

Relatora do processo, a ministra Cármen Lúcia chamou de “injustificável” a resistência do STM a cumprir a decisão do Supremo. Celso de Mello, decano da Corte, destacou que é legítima a coleta de dados históricos a partir de documentos públicos e registros fonográficos “mesmo que para fins particulares”. No caso, tratava-se da busca por fontes para a elaboração de livro em homenagem a advogados defensores de acusados de crimes políticos de determinada

época, a partir dos registros documentais e fonográficos de julgamentos públicos.

17 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEC que cria filtro para recurso especial é aprovada

Proposta prevê que o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 209/12, que disciplina a admissão do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça. O texto segue agora para análise no Senado. Proposta pelo próprio STJ e subscrita pelos então deputados Rose de Freitas, hoje senadora, e Luiz Pitiman, a proposta prevê que o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso. Para o tribunal recusar o recurso, precisará do voto de 2/3 dos membros do órgão competente para o julgamento.

A proposta é considerada “premente e inadiável” pela presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, para racionalizar a “avalanche” de recursos especiais interpostos, contribuindo para o resgate da “real missão” do tribunal: uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional. “É, portanto, crucial a aprovação da proposta de emenda constitucional, já aprovada em primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados, para instituir um filtro de relevância para as questões a serem deduzidas no recurso especial ao STJ”, defendeu Laurita Vaz.

17 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ suspende ações sobre extensão de adicional para aposentados

A ministra do Superior Tribunal de Justiça Assusete Magalhães deferiu liminar para suspender todos os processos em tramitação nos juizados especiais federais que tratem da possibilidade de concessão do adicional de 25%, previsto no artigo 45 da Lei 8.213/91, a outros benefícios, além da aposentadoria por invalidez. O adicional é dado ao segurado que necessita da assistência permanente de outra pessoa.

A decisão foi proferida pela ministra ao admitir o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei apresentado pelo Instituto Nacional

do Seguro Social contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

O INSS alega que o acórdão da TNU segue linha contrária à jurisprudência dominante do STJ, ao considerar possível a extensão do adicional às aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, mesmo havendo diversos precedentes da corte que limitam a concessão do adicional aos aposentados por invalidez. Segundo o INSS, o impacto dessas concessões para benefícios concedidos entre 2015 e 2017 pode passar de R\$ 456 milhões.

BEMPARANÁ

Bloqueado

O prefeito de Jesuítas (região Oeste), Aparecido Jose Weiller Junior (PMDB), teve os bens bloqueados pela Justiça a pedido do Ministério Público, que o acusa de improbidade administrativa. O MP sustenta que o prefeito foi responsável por um esquema irregular envolvendo o transporte escolar no município durante gestão anterior (2005-2008). Segundo a investigação, quando ainda era vice-prefeito, Weiller teria comprado uma empresa de transporte coletivo que mantinha contrato com a prefeitura. Eleito prefeito na gestão seguinte, segundo os promotores e, com direcionamento de licitação, ele teria contratado a antiga empresa, sob novo nome e que foi vendida parceladamente a um terceiro, que seguiu prestando o serviço de transporte escolar da rede pública para o município. A Promotoria sustenta que a contratação foi ilegal.

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Fachin manda citar Renan por denúncia de propina

Acusação da PGR aponta que líder do governo no Senado teria recebido R\$ 800 mil do esquema de corrupção da Petrobras

Mateus Coutinho

Agência Estado

São Paulo – O ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), expediu os mandados de citação para que o ex-presidente do Senado e líder do PMDB na Casa Renan Calheiros (AL), seu aliado, o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE), e um executivo da empreiteira Serveng apresentem suas defesas na denúncia da Lava Jato contra eles.

A acusação foi apresentada ao Supremo em dezembro do ano passado pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot, que aponta que o peemedebista teria recebido propina de R\$ 800 mil do esquema de corrupção na Petrobras por meio de doações eleitorais ao PMDB, em 2010.

O prazo para os investigados apresentarem suas defesas formalmente ao STF é de 15 dias corridos, e começa a contar a partir do momento em que eles recebem e assinam a notificação da Corte. Após as análises das defesas e da denúncia da PGR, o ministro elabora seu voto e libera o caso para ser julgado pela Turma do

Supremo, que, então, decidirá se abre ou não a ação penal contra Renan.

ACUSAÇÃO

Segundo a denúncia da Lava Jato, Renan teria recebido R\$ 800 mil em propina por meio de doações da empreiteira Serveng. O deputado Aníbal Gomes foi denunciado junto com Renan. No pedido, o procurador-geral solicita ainda a perda das funções públicas dos parlamentares.

Em troca dos valores, Renan e Aníbal teriam oferecido “apoio político” ao então diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que mantinha a empreiteira em licitações da estatal petrolífera.

Foram identificadas duas doações oficiais ao PMDB, nos valores de R\$ 500 mil e R\$ 300 mil, em 2010, operacionalizadas por um diretor comercial da Serveng, também denunciado.

A acusação aponta, ainda, que esses valores seguiram do Diretório Nacional do PMDB para o Comitê Financeiro do PMDB/AL e deste para Renan, mediante diversas operações fracionadas, “como estratégia de lavagem de dinheiro”.

Nesta semana, a Segunda Turma do Supremo aceitou a denúncia contra o senador Valdir Raupp (PMDB) por corrupção e lavagem de dinheiro, abrindo margem à tese da Lava Jato de que as doações eleitorais teriam sido utilizadas para lavagem de dinheiro.

Renan já é réu perante o STF em uma ação penal e alvo de outros dez inquéritos, além desta denúncia sobre propina de R\$ 800 mil.

DEFESAS

Renan Calheiros afirmou nesta quarta-feira que “sempre defendeu qualquer investigação” da Justiça. “A investigação é a oportunidade de se demonstrar o contrário. Acho que nenhum homem público deve se colocar acima da investigação”, declarou, ao comentar a nova lista de Janot encaminhada nesta terça-feira, 14, ao STF. A assessoria do peemedebista informou que ele ainda não foi notificado e que, por isso, não vai comentar a acusação.

CONTINUA

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Quando o ministro Fachin determinou o prazo de 15 dias para as defesas se manifestarem, os criminalistas Gustavo Souto e Aguiam Rocha, que defendem Aníbal Gomes, afirmam que “não existem elementos para o oferecimento da denúncia”.

“O deputado Federal Aníbal Gomes entende que não existem elementos para o oferecimento da denúncia, tanto que compareceu ao depoimento (...) e o delegado o dispensou porque o requerimento de dilação de prazo da Polícia Federal para conclusão do inquérito foi indeferido pelo Ministro Relator do caso.” A reportagem não conseguiu contato com a assessoria da Serveng para comentar o caso.

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Lista de Janot terá no máximo 107 investigados

Como uma pessoa pode ser alvo de mais de um inquérito, número de alvos ainda é incerto

Agência Estado

Brasília - Ainda sigilosos, os 83 novos inquéritos pedidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) com base nas 78 delações da Odebrecht não terão mais do que 107 investigados. Como uma pessoa pode ser alvo de mais de um inquérito, ainda não é possível cravar o número exato de investigados, mas o acompanhamento dos processos no sistema do STF mostra que a soma não passará de 107.

Os processos ainda não estão nas mãos do ministro Edson Fachin, mas já passaram por duas etapas prévias: o protocolo e a autuação. Nesta quinta-feira, 16, eles começaram a ser distribuídos, eletronicamente, ao ministro Fachin, relator dos processos relacionados à Operação Lava Jato no Supremo - etapa que ainda não foi concluída. Só após todos os processos terem sido distribuídos a Fachin é que serão disponibilizados ao relator.

Devido ao sigilo, no momento, nem mesmo as iniciais dos investigados estão presentes no sistema do Supremo.

A maioria dos inquéritos - 64 - tem um único investigado. São 16 inquéritos com 2 investigados. Há dois inquéritos com 3 investigados. O inquérito que tem mais investigados é o de número 4.437, com 5 alvos. Estes números se referem apenas ao Supremo, e não incluem os inquéritos que serão abertos em outras instâncias. A PGR não confirma o número exato de investigados.

Os 83 inquéritos são parte dos 320 pedidos que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao STF com base nas delações premiadas da Odebrecht. O procurador também pediu a retirada de sigilo de parte das revelações feitas pelos ex-funcionários da empreiteira baiana. Caberá a Fachin decidir quanto à retirada do sigilo. Não há prazo para isso.

CRITERIOSO

O relator da Lava Jato no Supremo será "absolutamente criterioso" ao analisar os pedidos da PGR, segundo informaram fontes ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, após o envio da "segunda lista de Janot".

Não necessariamente todos os 83 inquéritos ficarão com o ministro Edson Fachin. Alguns podem ser redistribuídos para outros ministros, se considerado que não há conexão com a Lava Jato.

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Fachin receberá os 320 pedidos a partir da segunda-feira

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) informou que os 320 pedidos da Procuradoria-Geral da República (PGR) com base nas delações de 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht só chegarão ao gabinete do relator da Lava Jato no Supremo, Edson Fachin, a partir da próxima segunda-feira, 20.

Antes de chegarem ao relator, têm de passar por três etapas prévias: o protocolo, a atuação e a distribuição. Nesta quinta-feira, 16, eles começaram a ser distribuídos, eletronicamente, ao ministro Fachin, mas o Supremo calcula que não deve ser concluído ainda nesta sexta-feira.

Já seria possível iniciar a remessa dos documentos ao gabinete de Fachin, mas a decisão do Supremo foi esperar para enviar todos os 320 pedidos de uma só vez, entre inquéritos e petições. Por ora, devido ao sigilo dos conteúdos, nem mesmo as iniciais dos investigados estão presentes no sistema do Supremo.

Entre os pedidos do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está também a retirada do sigilo de parte das revelações feitas pelos ex-funcionários da empreiteira baiana. Caberá a Fachin decidir quanto à retirada do sigilo. Não há prazo para isso. Não necessariamente todos os 83 inquéritos ficarão com o ministro Edson Fachin. (A.E.)

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Mendes determina rito de urgência em ação contra condução coercitiva

Agência Estado

Brasília - Sorteado como relator da ação em que a Ordem dos Advogados do Brasil pede a proibição do uso da condução coercitiva em fase de investigação, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira, 16, que seja adotado o chamado "rito de urgência" no processo, destacando a "relevância da matéria".

O ministro requisitou informações à Presidência da República, à Câmara e ao Senado, em um prazo de dez dias. Em seguida, a Advocacia-Geral da União e o Procurador-Geral da República terão mais cinco dias para se manifestar. Após isso, ele poderá levar diretamente para o plenário do Supremo a ação.

Gilmar Mendes foi sorteado relator da matéria por prevenção, porque já era o relator de outra ADPF com tema semelhante. Ele ressaltou, no despacho em que decretou o rito de urgência, que esta outra ADPF da qual é relator já se encontra liberada para julgamento do plenário do STF, faltando apenas ser pautada pela presidência da Corte.

Na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), como é chamado o tipo da ação enviada ao Supremo, a OAB quer a concessão de medida cautelar (liminar) "a fim de que se determine a impossibilidade de condução coercitiva na fase investigativa, ou que se restrinjam fielmente à hipótese de descumprimento de anterior intimação".

17 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Prescrição e arquivamento

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento de menções feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, delator na investigação, em relação ao senador Aécio Neves (PSDB-MG). Os crimes teriam ocorrido entre os anos de 1998 e 2000.

Fachin afirmou que o prazo das acusações já prescreveu. "Considerando que os fatos supostamente teriam ocorrido entre os anos de 1998 e 2000, encontra-se fulminada pela prescrição a pretensão punitiva estatal. Posto isso, determino o arquivamento destes autos", escreveu o ministro em sua decisão. Ele atendeu pedido de arquivamento feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Denúncia

Sérgio Machado disse em delação que participou de esquema para formar um fundo de arrecadação montado por ele, Aécio e Teotônio Vilela Filho, ex-presidente nacional do PSDB, para ajudar cerca de 50 deputados a se elegerem, o que viabilizaria o apoio à eleição de Aécio ao comando da Câmara dos Deputados em 2001. O esquema teria arrecadado cerca de R\$ 7 milhões, sendo que R\$ 4 milhões viriam da campanha nacional de Fernando Henrique Cardoso à reeleição, em 1998. Aécio era deputado federal e teria recebido R\$ 1 milhão em dinheiro. Parte desses recursos era proveniente do exterior e os valores foram entregues em várias parcelas em espécie, disse o delator.

CLAUDIO HUMBERTO

STF vai barrar

Ministros do STF admitiram a esta coluna que uma eventual candidatura de Dilma será barrada no Supremo Tribunal (STF).

Palavra de ministro

"Provocado", o STF fará cumprir o artigo da Constituição que prevê suspensão de direitos políticos de presidente que sofre impeachment.

Armação limitada

Armação de Renan com Ricardo Lewandowski "fatiou" ilegalmente o artigo da Constituição que vincula o impeachment à inelegibilidade.

17 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF manda tribunal militar liberar arquivos da ditadura

Decisão atinge inclusive papéis que foram classificados como secretos; presidente da corte diz que não recorrerá

Relatora do caso, a presidente do STF, Cármen Lúcia afirmou que 'a Constituição não privilegia o sigilo'

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu por unanimidade nesta quinta-feira (16) que o STM (Superior Tribunal Militar) deve permitir o acesso público a documentos da corte referentes ao período da ditadura militar.

Os ministros do Supremo entenderam que o STM desrespeitou decisão de 2006 do STF, que garantiu amplo acesso aos áudios das sessões públicas e das sessões secretas realizadas pelo tribunal militar naquela época.

A decisão abrange inclusive os papéis que foram classificados como "secretos".

A ação foi levada ao Supremo pelo advogado Fernando Fernandes, que tenta, desde 1997, obter cópias de fitas para usar os arquivos em livro em homenagem a advogados que defenderam acusados de crimes políticos.

Ele reclamou não ter acesso aos documentos mesmo após o STF já ter decidido sobre o tema em 2006. Na ocasião, a Segunda Turma do STF entendeu que a Constituição só permite a restrição da publicidade quando há necessidade de preservar a

intimidade da pessoa ou no interesse da sociedade e do Estado, o que não era o caso.

O tribunal militar, no entanto, permitiu acesso apenas a parte do material dos julgamentos.

Durante a ditadura, os julgamentos eram divididos em audiências públicas e secretas. Nas públicas, havia a leitura de relatórios e sustentações orais; nas secretas, os ministros colhiam os votos.

DECISÃO

Em seu voto, a presidente do STF, Cármen Lúcia, relatora da ação, afirmou que o STF afastou os "obstáculos" que impediam que se tornassem públicos os atos praticados no tribunal militar e que são de interesse público para cidadãos brasileiros.

"A Constituição não privilegia o sigilo", disse Cármen Lúcia, acrescentando que "não há nos modelos políticos que consagram a democracia espaço possível reservado ao mistério".

Em parecer datado de fevereiro de 2014, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, considerou procedente a reclamação do advogado e se posicionou pela determinação ao STM "do acesso integral do reclamante aos registros de áudio de todas as sessões daquele tribunal realizadas na década de 1970, independentemente da anterior classificação em registros públicos e secretos".

O novo presidente do STM, José Coêlho Ferreira, disse que não há motivos para recorrer da decisão e que a Justiça Militar não tem "nada a esconder".

Para ele, que assumiu o cargo nesta quinta (16), o advogado que ingressou com o pedido, contudo, está equívocado, porque, segundo ele, desde 2010 os documentos têm sido disponibilizados.

"Desde 2010 estamos digitalizando todos os arquivos e, sempre quando alguém solicita, nós damos o acesso a eles. Estão liberados os documentos", disse.

Questionado sobre o motivo de o advogado não ter tido acesso aos documentos, o presidente disse que talvez tenha havido algum equívoco na forma da solicitação ou na análise do STM. "É uma política pessoal minha que as coisas sejam abertas", afirmou.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Suicidas de paletó

BRASÍLIA— A cada nova delação, cresce a aposta dos políticos numa anistia ao caixa dois. A ideia ganha força em Brasília, mas há quem acredite que seu efeito será o oposto do esperado. É o que alerta o deputado Jarbas Vasconcelos, 74, uma das vozes mais experientes da Câmara.

Para o peemedebista, os colegas pensam ter encontrado a fórmula da sobrevivência, mas estão caminhando na direção do precipício. “Falar em anistia é um suicídio coletivo do Congresso. Isso seria um desastre”, afirma. “Estamos vivendo um momento muito perigoso. Na política, um passo em falso como esse dificilmente se recupera depois.”

A anistia aos delatados é o que falta para detonar uma nova onda de revolta contra o sistema político, avisa Jarbas. Ele diz que os colegas deveriam se importar com a irritação da sociedade, mas só pensam em escapar da Lava Jato. “Hoje a maior preocupação é se salvar. Quando a pessoa entra nessa situação, qualquer coisa passa a ser válida”, afirma.

Aos olhos do peemedebista, a Câmara vive “entre a perplexidade e a pasmaceira”. “Estamos na metade de março e as comissões nem sequer foram constituídas. Está tudo paralisado”, critica. “E isso é porque só uma parte da lista do Janot vazou. Ainda vai piorar”, acrescenta.

Apesar de esperar uma enxurrada de inquéritos no Supremo, Jarbas não acredita na abertura de processos de cassação contra os delatados. Ele diz que o espírito de corpo tende a prevalecer entre deputados do governo e da oposição. “Se acontecer alguma coisa, será positivo. Mas acho que não vamos ter consequências no Conselho de Ética”, prevê.

A delação do fim do mundo emudeceu alguns dos políticos mais falantes do Congresso. Para explicar o fenômeno, o deputado Heráclito Fortes lembra uma máxima repetida por Vitorino Freire (1908-1977), rapsoda do antigo PSD: “Quando o passo pega fogo, preá corre pro brejo...”

17 MAR 2017

17 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Batalha campal

A Lava Jato faz três anos nesta sexta (17) sob a mais explícita pressão já exercida pelo Congresso. Não dá, porém, sinal de recuo. O procurador Deltan Dallagnol diz que a operação faz aniversário “no auge” e que “os resultados que a sociedade mais espera virão do trabalho do STF”. Ele afirma que a ida das pessoas às ruas resultou em uma “combinação poderosa” e convoca: “Precisamos arrancar a árvore da corrupção, sob risco de termos um Brasil mais corrupto após a Lava Jato”.

Em branco e preto Dallagnol diz ainda que, talvez, o maior mérito da Lava Jato foi “ter feito o retrato de uma corrupção que tem raízes profundas e tentáculos que abraçam uma multidão de órgãos públicos”. “Não só a quantidade, mas o poder dos acusados levados a julgamento impressiona.”

É com eles O procurador defende que prisões “paralisam os crimes, mas não diminuem os estímulos à corrupção” e pede reformas. “Se não alterarmos os sistemas de Justiça e político, a Lava Jato será, no futuro, a memória de um tempo de esperança, em que acreditávamos que tudo poderia ser diferente.”

Combemija Em Brasília, quem acompanha a Lava Jato garante que os depoimentos da Odebrecht chegarão ao gabinete do relator do caso no STF, Edson Fachin, entre segunda (20) e terça-feira (21). Hoje, as peças ainda estão sendo protocoladas no Supremo. Pelo estilo, Fachin deve despachar rapidamente os pedidos de inquérito.

Indigesto Os novos nomes da lista de Rodrigo Janot saíram bem na hora em que Michel Temer sentou-se à mesa para jantar com senadores do PMDB, nesta quarta (15).

PAINEL DO LEITOR

Operação LavaJato

Não posso deixar de elogiar Rodrigo Janot, não só pela coragem das acusações contra a elite do poder, mas também pela fala e espírito democrático republicano. Agora, estamos nas mãos do STF (“Lista de Janot tem 6º ministro e mais nove parlamentares”, “Poder”, 16/3).

OTAVIO DE QUEIROZ (São Paulo, SP)

Esperemos que os inquiridos não demorem, de modo que do oferecimento da denúncia até o possível recebimento pelo STF não corra o prazo prescricional e haja impunidade. O problema é que, caso não se tornem fichas sujas, muitos eleitores irão votar em alguns desses nomes nas próximas eleições. Aí reside o problema.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO SANTOS (Curitiba, PR)

Em qualquer país existe corrupção na política. A Lava Jato tem provado que um grande problema do Brasil é a impunidade. Moro prova que há leis para recuperar dinheiro roubado e punir envolvidos. Por outro lado, o STF prova que, mesmo havendo leis, corruptos não são punidos e, pior, continuam governando.

RODRIGO ENS (Curitiba, PR)

Gilmar Mendes

Um juiz que faz da sala de jantar de sua residência a extensão dos três Poderes não parece ter noção dos preceitos básicos que a lisura do cargo lhe exige. Nesta “República”, o “povo” é apenas um apetrecho desse ruído que chamam de governo empossado constitucionalmente (“Mendes recebe Temer e discute reforma”, “Poder”, 16/3). Diretas já!

FRANCISCO LUIZ J A. CARNEIRO (São Paulo, SP)

17 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

BORRACHA NELES

O ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mandou colocar tarja preta também sobre os nomes de Lula, Marina Silva e Eduardo Campos nos depoimentos que delatores de empreiteiras prestaram à corte sobre financiamento eleitoral.

BORRACHA 2

A decisão dele de colocar tarja preta sobre as citações a Aécio Neves (PSDB-MG), na semana passada, causou grande polêmica já que foi interpretada como tentativa de poupar o tucano. Benjamin, no entanto, já tinha decidido suprimir dos documentos as citações a todos os ex-presidentes e presidentes eleitorais de 2014.

BORRACHA 3

A justificativa é que eles não estão sendo investigados no processo que Benjamin relata, e que analisa a possibilidade de abuso de poder pela chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer na campanha presidencial de 2014. E muitas das citações sequer revelavam ilícitos eleitorais.

Ambev tem decisão favorável no STJ em disputa com fundos

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) deu razão à Ambev em um processo que a companhia trava com acionistas minoritários, entre eles a Previ e a Funcef, que pode resultar em pagamento de R\$ 450 milhões aos fundos.

Ainda há embargos infringentes que serão apreciados por um colegiado do STJ.

Os fundos tinham bônus da Brahma, adquiridos em uma subscrição de capital de 1996.

A Brahma se juntou à Antarctica e formou a Ambev.

Quem tivesse os papéis em 2003 poderia comprar um lote de mil ações por R\$ 1.000 ou receber em capital social em condições iguais às oferecidas a detentores de títulos adquiridos em outras operações de aumento de capital.

É esta segunda alternativa que os fundos de pensão plei-

teiam —os mesmos direitos de detentores de títulos que a empresa distribuiu em 1990 e 1993 a seus funcionários.

O ministro relator do caso no STJ considerou que não há motivo para equiparar os dois contratos —apenas um evento inesperado justificaria isso.

Helio Saboya Filho, advogado que defende o fundo Economus, que tem títulos como os da Previ, diz que a Ambev chegou a concordar em igualar os contratos, mas depois mudou de posição.

“A Ambev procurou a CVM para expurgar o critério. Alegou que um título tinha base em um plano de opção de compra de ações para empregados, e que outros papéis se referiam a aumento de capital”, afirma Saboya Filho.

Ambev, Funcef e Previ não quiseram comentar o caso.

Presidente silencia sobre lista de Janot

O presidente Michel Temer não quis responder nesta quinta-feira (16) se o preocupa a presença de seis ministros na lista de pedidos de investigação enviada pela Procuradoria-Geral da República ao STF.

Perguntado pela **Folha** se o envolvimento dos nomes constrange o governo, o peemedebista sorriu, levantou as mãos e saiu sem comentar. Ele participou de entrevista para o anúncio da geração de postos de trabalho.

17 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena PM por morte de jovem suspeito de roubo

Três policiais foram julgados pelo homicídio de um rapaz de 18 anos na zona oeste de SP; dois foram absolvidos

A Justiça de São Paulo condenou um policial militar e absolveu outros dois pela morte de Paulo Henrique Porto de Oliveira, 18, morto após se entregar depois de um assalto na zona oeste da capital, em 2015.

O policial Tyson Oliveira Bastiane foi condenado a 12 anos, 5 meses e 17 dias de prisão, em regime fechado, por homicídio simples. Bastiane também cumprirá pena de 7 meses e 15 dias de detenção, em regime aberto, por fraude processual, além do pagamento de 35 dias-multa.

Já Silvano Clayton dos Reis foi absolvido da acusação de homicídio, mas condenado pelos crimes de falsidade ideológica e porte ilegal de arma a 4 anos, 11 meses e 17 dias de prisão no regime semiaberto.

A juíza Giovana Christina Colares, da 3ª Vara do Júri, decidiu que o policial poderá recorrer em liberdade e expediu o alvará de soltura. O terceiro policial envolvido no caso, Silvio André Conceição, foi inocentado de todos os crimes.

Segundo a denúncia, Bastiane foi o responsável por efetuar os tiros que mataram o jovem. O advogado de Bastiane, que também representa o policial Reis, afirmou que irá recorrer da decisão sobre a condenação por homicídio.

“Reis foi absolvido da condenação de homicídio, e condenado nos demais crimes, como havíamos sugerido. Nós vamos recorrer para que Bastiane também seja absolvido”, disse Celso Vendramini.

Em 27 de março, a Justiça vai julgar outros três policiais envolvidos na morte de Fernando Henrique da Silva, 23, que teria participado com Oliveira do assalto no Butantã.

Câmeras de segurança registraram as circunstâncias das mortes. As vítimas já estavam rendidas e desarmadas quando foram mortas pelos policiais depois de tentar roubar uma moto no dia 7 de setembro de 2015, no Butantã.

Imagens mostram quando Oliveira se entregou aos policiais. Em seguida, os PMs retiraram as algemas e o levaram ao muro. O vídeo não mostra a morte de Oliveira. Depois dos tiros, um policial sem nada nas mãos foi até o carro da PM e apareceu com uma arma e voltou para onde estava o suspeito.

Já outro vídeo mostra quando Fernando da Silva foi rendido por um policial no telhado de uma casa e, após levantar as mãos, foi dominado e empurrado.

17 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Fachin determina arquivamento de citação a Aécio Neves



O ministro Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento de citações feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado sobre o senador Aécio Neves (MG), presidente do PSDB.

Fachin atendeu pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que considerou que, em razão do tempo decorrido das suspeitas apresentadas, houve prescrição, ou seja, não pode mais

haver punição.

Machado afirmou que, em 1998, quando era líder do PSDB no Senado, se integrou ao comitê central de campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Disse que ele, o então senador Teotônio Vilela e o então deputado Aécio Neves, hoje senador, definiram um plano de eleger a maior banca federal possível na Câmara para que pudessem viabilizar a candidatura de Aécio à Presidência da Câmara. ■

Lista de Janot contém 107 nomes sob sigilo

Os 83 pedidos de inquérito enviados na última terça-feira ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contém 107 nomes, todos sob sigilo.

Isso não quer dizer que o total de investigados seja 107. Em

alguns poucos casos, segundo informaram investigadores da Lava Jato, foi pedida a investigação de uma mesma pessoa em mais de um inquérito. Esses investigadores estimam em cerca de 100 o total de pessoas cuja investigação foi pedida ao STF. ■

STF determina acesso a julgamentos da ditadura

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ontem (16) que seja dado acesso irrestrito aos arquivos dos julgamentos realizados no Superior Tribunal Militar (STM) durante a ditadura militar (1964-1985). A decisão foi unânime.

"A Assembleia Nacional Constituinte, em momento de feliz inspiração, repudiou o compromisso do Estado com o mistério e com o sigilo, que

fora tão fortemente exaltado sob a égide autoritária do regime anterior (1964-1985)", afirmou a ministra *Cármem Lúcia* (foto), presidente do STF e relatora do processo.



Os ministros julgaram procedente a reclamação de um advogado,

que desde 2011 tentava obter acesso às gravações dos debates entre os ministros do STM durante o julgamento de presos políticos na década de 1970. ■

17 MAR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

'TRANQUILO'

Citado na chamada "segunda lista de Janot", Beto Richa diz que não deve nada

Da Redação

O governador Beto Richa negou, na manhã de ontem, que tenha recebido doações da construtora Odebrecht e afirmou que está "tranquilo" em relação à inclusão do seu nome na segunda lista do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot.

"Estou contratando um advogado para que eu possa ter acesso a esse processo e conhecimento dos fatos aos quais fui citado. Da minha parte, eu desconheço o contexto que leva a inclusão do meu nome nessa lista da Procuradoria Geral da República. Eu estou absolutamente tranquilo, confio plenamente na Justiça e sou o maior interessado que isso seja profundamente, detalhadamente,



Governador se diz inocente e acredita que processo será arquivado.

o mais rápido possível investigado. Acredito que assim como vários outros citados tiveram seus processos arquivados, que o meu terá o mesmo destino", disse Beto Richa em coletiva concedida no Palácio Iguazu.

Questionado se recebeu doações da construtora baiana, Richa negou. "Não temos nenhuma doação [da Odebrecht]. Temos um comitê financeiro legalmente construído. Pessoas autorizadas por mim que fazem parte desse comitê que são as únicas que podem fazer captação de recursos eleitorais, tudo dentro da lei, de-

clarado na nossa prestação de contas e devidamente aprovado pela Justiça Eleitoral." O governador do Paraná, que pode entrar na mira do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela segunda vez, disse ainda não tem "nenhuma preocupação" sobre a articulação política para que o chamado caixa 2 seja anistiado. "Não tenho nenhuma preocupação. Sempre fui muito cuidadoso. As pessoas do meu comitê financeiro são escolhidas por mim, pessoas da minha confiança, qualificadas e conhecedoras da lei e daquilo que pode ser realizado".

17 MAR 2017

17 de março

Paran@shop

Seminário de Políticas para Mulheres aborda Gênero, Violência, Acesso aos Serviços e Vulnerabilidade na Câmara de Curitiba

Mulheres, vamos ocupar este espaço de poder! É a chamada para o Seminário de Políticas Públicas para Mulheres, que acontece na próxima terça-feira (21), na Câmara Municipal de Curitiba, com a presença de representantes de diversos segmentos para o debate sobre Gênero, Violência, Acesso aos Serviços e Vulnerabilidade. A proposta é da vereadora Maria Leticia Fagundes (PV), que entende a necessidade de abrir espaço para discussões pertinentes às mulheres, com participação de lideranças dos movimentos sociais.

“Temos 38 vereadores na Câmara Municipal de Curitiba e somente 8 deste total são mulheres, isso mostra a desigualdade no legislativo. Entendo que é preciso o envolvimento das mulheres nas discussões para mudar esse quadro”, destacou Maria Leticia, que organizou o evento após a recente realização de Reunião Pública para discussão de projetos de lei de sua autoria.

A Discriminação de Gênero em Espaço de Poder é o primeiro assunto a ser abordado pela convidada Helena de Souza Rocha, consultora jurídica do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e vice-presidente da Comissão de Estudos sobre Violência

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

17 MAR 2017

de Gênero da OAB-PR. Em seguida, a Violência no Campo Médico será apresentada por Liane Slobodian Motta Vieira, advogada e Presidente da Comissão de Apoio às Vítimas de Crimes da OAB-PR.

Acesso aos Serviços também está na programação e será tratado por Sandra Lia Bazzo Barwinski, presidente da Comissão de Estudos Sobre Violência de Gênero da CEVIGE-OAB/PR. Antes de abrir espaço para discussão, o tema Vulnerabilidade será apresentado por Heliana Hemetério dos Santos, filiada da Rede de Mulheres Negras, conselheira do Conselho Nacional de Saúde – coordenadora da Comissão de Políticas de Equidade – CNS, Secretária de Direitos Humanos da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Trans.

A vereadora ainda se preocupou em convidar formalmente representantes de todos os movimentos sociais de mulheres e autoridades do Estado e Município, como a primeira-dama, Fernanda Richa; a Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR (CEVID), desembargadora Lenice Bodstein; a coordenadora da geral da Casa da Mulher Brasileira, Sandra Prado; a coordenadora do departamento de Política para Mulheres do município de Curitiba, Terezinha Beraldo Pereira Ramos; a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Larissa Tissot; a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Doris Margareth de Jesus; a delegada Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crime (Nucria), Patricia Conceição Nobre Paz; e delegadas da Delegacia da Mulher de Curitiba.